

A boa escola

ZAIA BRANDÃO * JORNAL DO BRASIL

Está se aproximando a época de matrículas escolares e amplos setores das famílias de camadas médias e populares já começam a se angustiar com as dificuldades — quando não a impossibilidade — de garantir uma boa escola para seus filhos. Dispor, no orçamento mensal, de uma parcela para pagar uma escola particular, ou encontrar quem interceda por uma vaga, nas poucas escolas conceituadas do setor público, passa a ser o objetivo por excelência dessas famílias.

No entanto, parte desta angústia poderia ser atenuada se a avaliação do que é uma boa escola fosse desembaraçada de algumas suposições que, por se terem generalizado, comprometem as opções alternativas dos pais. São elas: a suposição de que as escolas públicas são gratuitas e a suposição de que as escolas particulares são melhores do que as públicas, porque pagas.

A primeira suposição decorre de uma visão distorcida dos serviços públicos: ao separar o usuário desses serviços, da sua condição de cidadão que paga os impostos que financiam os serviços que o Estado presta à população, descaracteriza-se a sua condição de contribuinte. Descaracteriza-se também o financiamento da escola pública pelos seus usuários.

A segunda suposição, construída na contraface da primeira, é alimentada pela idéia de que o que custa mais é sempre melhor. Assim desenvolve-se a suposição da superioridade das escolas particulares, amplamente explorada, sobretudo pelas escolas "caça-níqueis".

Ora, as duas suposições partem de premissas falsas. Nem a escola pública é gratuita nem a particular é melhor. Entretanto, a ausência de uma política educacional que garanta condições satisfatórias de funcionamento da escola pública — e, em especial, de gestão próxima da escola (autonomia) associada a melhores condições de trabalho ao professor — tem favorecido a visão ingênua que está na base das suposições assinaladas acima.

Superá-las exige que se esclareça o que está sendo entendido como boa escola. É evidente que não há como defini-la, em termos absolutos, pois, para isso, teríamos que avaliar o conjunto de expectativas dos usuários e suas famílias a respeito da escola. Entretanto, poderíamos usar um parâmetro que serve para avaliar um aspecto que estaria contido em todas as variadíssimas demandas de boa escola: a que ensina bem tudo aquilo que exige que seus alunos saibam, quando os avaliam.

Pouquíssimas são as escolas — públicas ou particulares — que resistiriam à testagem de qualidade dentro deste parâmetro. Diria mais: a quase totalidade das conhecidas boas escolas, entre nós, não passaria neste teste. Cabe então tomar o parâmetro como referência, e caracterizar como boas escolas aquelas que mais se aproximam do ideal. A boa escola seria então aquela que menos dependesse do apoio direto ou indireto das famílias ou responsáveis pelo aluno, para que ele se saísse bem nos testes, provas etc.

O que o usuário comum nem sempre percebe é que as "boas escolas" normalmente recebem alunos que independem delas, até certo ponto, para ter um bom desempenho. Seus alunos têm capital cultural — conhecimentos e hábitos culturais adquiridos na família que funcionam como uma espécie de currículo oculto — e condições materiais de acesso a livros, enciclopédias, professores particulares e toda uma ampla gama de recursos extra-escolares que respondem, permanentemente, às deficiências da escola. As dificuldades de aprendizagem jamais são computadas como resultados de falhas institucionais; elas são sempre avaliadas como dificuldades do aluno. Qual é a família que, tendo filhos em escolas particulares consideradas boas, não recorreu a professores particulares em diversas circunstâncias? Quantas, além disso, não recorrem a psicólogos, logopedistas, médicos etc. para avaliações e tratamentos por indicação escolar?

A desinformação da população sobre o que caracterizaria a boa escola tem tido alguns desdobramentos que poderiam ser corrigidos.

Primeiro desdobramento: No que toca à escola pública pelo acompanhamento, na condição de contribuinte, do fluxo e destino dos recursos públicos em educação; pela avaliação das condições de funcionamento da escola e de trabalho do magistério, de forma a deixar o serviço público menos vulnerável às discontinuidades administrativas que dificultam a construção da boa escola pública.

Segundo: No que toca à escola particular, pela exigência de que ela ofereça o que cobra de seus alunos; pela resistência aos diagnósticos fáceis sobre as dificuldades escolares dos filhos, e pela avaliação do custo de um serviço que é, em grande parte, o resultado de investimentos adicionais da própria família.

* Professora dos Departamentos de Educação da PUC—Rio e da UFRJ